

Demonstrações Contábeis Regulatórias

Poços de Caldas Transmissora de Energia S.A.

31 de dezembro de 2017
com Relatório dos Auditores Independentes sobre as
Demonstrações Contábeis Regulatórias

Poços de Caldas Transmissora de Energia S.A.

Demonstrações contábeis regulatórias

31 de dezembro de 2017

Índice

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis regulatórias.....	1
Balancos patrimoniais.....	4
Demonstrações dos resultados	6
Demonstrações dos resultados abrangentes.....	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido.....	8
Demonstrações dos fluxos de caixa.....	9
Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias.....	10

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis regulatórias

Aos Acionistas e Diretores da

Poços de Caldas Transmissora de Energia S.A.

Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis regulatórias da Poços de Caldas Transmissora de Energia S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis regulatórias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira regulatória da Poços de Caldas Transmissora de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL através da Resolução Normativa no 605, de 11 de março de 2014.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Base de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para a nota explicativa 2 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis regulatórias. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas para auxiliar a Poços de Caldas Transmissora de Energia S.A. a cumprir os requisitos da ANEEL. Conseqüentemente, essas demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outro fim.

Outros assuntos

A Poços de Caldas Transmissora de Energia S.A. preparou um conjunto de demonstrações financeiras separado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (demonstrações financeiras societárias) sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente separado, sem modificação, com data de 16 de março de 2018.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis regulatórias

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis regulatórias de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL através da Resolução Normativa no 605, de 11 de março de 2014 e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis regulatórias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis regulatórias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis regulatórias.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis regulatórias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis regulatórias ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas.

- Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis regulatórias, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis regulatórias representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 16 de março de 2018.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6



Gláucio Dutra da Silva
Contador CRC-1RJ090174/O-4

Poços de Caldas Transmissora de Energia S.A.

Balancos patrimoniais
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Ativo			
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	7	13.649	10.917
Concessionárias e permissionárias	8	4.580	4.567
Contas a receber - partes relacionadas	22	86	9
Estoques		838	891
Adiantamento a fornecedores		290	405
Impostos a recuperar	9	4.055	3.829
Outros ativos circulantes		285	351
		23.783	20.969
Ativo não circulante			
Outros ativos não circulantes		300	247
Imobilizado não vinculado à concessão		716	834
Imobilizado	10	252.390	262.462
Intangível	11	13.370	13.350
		266.776	276.893
		290.559	297.862

Poços de Caldas Transmissora de Energia S.A.

Balancos patrimoniais
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Passivo			
Passivo circulante			
Fornecedores - terceiros		162	173
Fornecedores - partes relacionadas	22	1.156	11
Empréstimos - partes relacionadas	12	19.090	31.329
Impostos e contribuições sociais		1.055	22.760
Taxas regulamentares	13	1.701	1.627
Outros passivos circulantes		1.070	1.033
		24.234	56.933
Passivo não circulante			
Empréstimos - partes relacionadas	12	165.211	158.060
Outras provisões - compensação ambiental		2.502	2.278
Provisão contingências	14	68	68
Outros passivos não circulantes		4.605	4.201
		172.386	164.607
Patrimônio líquido	15		
Capital social		208.351	208.351
Prejuízo acumulado		(114.412)	(132.029)
		93.939	76.322
Total do passivo e do patrimônio líquido		290.559	297.862

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Poços de Caldas Transmissora de Energia S.A.

Demonstrações dos resultados
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Receita operacional líquida	16	36.616	35.469
Custo da operação	17	<u>(19.574)</u>	<u>(18.797)</u>
Lucro bruto		17.042	16.672
Despesas gerais e administrativas	18	(4.100)	(4.333)
Outras (despesas) /receitas operacionais		<u>(258)</u>	<u>(104)</u>
Lucro antes do resultado financeiro		12.684	12.235
Resultado financeiro	20	<u>(16.565)</u>	<u>32.873</u>
Receita financeira		22.698	74.977
Despesa financeira		(39.263)	(42.104)
Resultado antes dos impostos sobre o lucro		<u>(3.881)</u>	<u>45.108</u>
Imposto de renda e contribuição social		21.498	(23.926)
Lucro líquido do exercício		<u>17.617</u>	<u>21.182</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Poços de Caldas Transmissora de Energia S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Lucro líquido do exercício	17.617	21.182
Outros resultados abrangentes	-	-
Total de resultados abrangentes	<u>17.617</u>	<u>21.182</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Poços de Caldas Transmissora de Energia S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

	Capital social	Prejuízos acumulados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2015	208.351	(153.211)	55.140
Lucro líquido do exercício	-	21.182	21.182
Saldo em 31 de dezembro de 2016	208.351	(132.029)	76.322
Lucro líquido do exercício	-	17.617	17.617
Saldo em 31 de dezembro de 2017	208.351	(114.412)	93.939

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Poços de Caldas Transmissora de Energia S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Lucro (prejuízo) antes dos impostos	(3.881)	45.108
Ajustes:		
Juros e variações monetárias dos empréstimos	11.141	(31.448)
Depreciação e amortização	10.302	10.431
Provisão para devedores duvidosos	54	-
Outras provisões	-	802
Provisão para compensação ambiental	223	272
Atualização monetária	403	-
(Aumento) redução nos ativos		
Concessionárias e permissionárias	(67)	(67)
Estoques	53	3.012
Impostos a recuperar	(226)	1.124
Adiantamentos a fornecedores	115	(186)
Outros ativos	(63)	(519)
Aumento (redução) nos passivos		
Fornecedores	1.124	(345)
Tributos e contribuições sociais	7.089	(1.532)
Impostos pagos	(7.296)	(274)
Juros pagos	(8.300)	(7.818)
Taxas regulamentares	74	201
Outros passivos	48	46
Fluxo de caixa gerado pelas nas atividades operacionais	<u>10.793</u>	<u>18.807</u>
Aquisição de imobilizado e intangível	(132)	(1.893)
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimento	<u>(132)</u>	<u>(1.893)</u>
Empréstimos pagos	(7.929)	(10.450)
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de financiamento	<u>(7.929)</u>	<u>(10.450)</u>
Variação do saldo de caixa e equivalentes de caixa	<u>2.732</u>	<u>6.464</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	<u>10.917</u>	<u>4.453</u>
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	<u>13.649</u>	<u>10.917</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Poços de Caldas Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

1. Informações gerais

A Poços de Caldas Transmissora de Energia S.A. ("PCTE" ou "Companhia"), é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 12 de dezembro de 2006 e estabelecida na Av. Presidente Vargas, 955, sala 1512, Centro, Rio de Janeiro. Possui duas filiais, localizadas em Araporã no Estado de Minas Gerais e em Rosana no Estado de São Paulo.

A Companhia é controlada pela State Grid Brazil Holding S.A. (SGBH ou Grupo SGBH). A SGBH é Subsidiária da State Grid Corporate of China (SGCC), localizada em Pequim, na República Popular da China.

A Companhia tem por objeto a exploração de concessões de Serviços Públicos de Transmissão de Energia, prestados mediante implantação, operação e manutenção de instalações de transmissão e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. Esta atividade é regulamentada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME).

1.1. Da concessão

A Cobra Instalaciones y Servicios S.A. foi declarada vencedora do Leilão Público nº 005/2006, realizado na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro para a aquisição da Concessão de Transmissão de Energia Elétrica referente ao lote B. O decreto de outorga da concessão, sem número, datado de 3 de abril de 2007 foi publicado no Diário Oficial de 4 de abril de 2007.

No dia 20 de abril de 2007, a Companhia assinou com a União, através da ANEEL, o Contrato de Concessão nº 002/2007-ANEEL, que regula a Concessão de Serviço Público de Transmissão, pelo prazo de 30 anos, distribuída em:

- (i) Instalações de transmissão em 500/440 KV, composta pela linha transmissão 500 KV com origem na Subestação Jaguará e término na Subestação Estreito, ambas no Estado de Minas Gerais, com circuito simples e com extensão aproximada de 53 km; pela linha transmissão 500 KV com origem na Subestação Estreito e término na Subestação Ribeirão Preto, ambas no Estado de São Paulo, com circuito simples e com extensão aproximada de 118 km; e pela linha transmissão 500 KV com origem na Subestação Ribeirão Preto com autotransformadores com transformação 500/440 KV, no Estado de São Paulo e término na Subestação Poços de Caldas, no Estado de Minas Gerais, com circuito simples e com extensão aproximada de 137 km.
- (ii) Entradas de linhas 500 KV na Subestação Jaguará, 500 KV na Subestação Estreito pela interligação de barras, 500 KV na Subestação Ribeirão Preto por reatores de barra, autotransformadores com transformação 500/440 KV e interligação de barra e 500 KV na Subestação Poços de Caldas e respectivas instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio.

Poços de Caldas Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

1.2. Receita anual permitida (RAP)

A RAP foi determinada em aproximadamente R\$23.430 (valor histórico) e será corrigida anualmente pelo IPCA e válida pelos primeiros 15 anos, contados a partir do início da operação comercial. No período restante, perfazendo o total de 30 anos de concessão, a RAP será reduzida a 50% do seu valor original.

Em 23 de junho de 2016, a ANEEL, de acordo com a Resolução Homologatória nº 2.098/2016 estabeleceu a RAP em R\$ 39.357 para o período de 1º de julho de 2016 a 30 de junho de 2017.

Em 27 de junho de 2017, a ANEEL, de acordo com a Resolução Homologatória nº 2.258/2017 estabeleceu a RAP em R\$ 39.818 para o período de 1º de julho de 2017 a 30 de junho de 2018.

A receita faturada dos usuários do sistema elétrico (distribuidoras e grandes consumidores) e está garantida por um esquema de contas reservas e de garantias, cujos termos são estabelecidos ao firmar o Contrato de Usos do Sistema de Transmissão (CUST) entre o usuário e o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS).

1.3. Setor elétrico no Brasil - Transmissão

O serviço de transporte de grandes quantidades de energia elétrica por longas distâncias, no Brasil, é feito utilizando-se de uma rede de linhas de transmissão e subestações em tensão igual ou superior a 230 kV, denominada Rede Básica. Qualquer agente do setor elétrico, que produza ou consuma energia elétrica tem direito à utilização desta Rede Básica, como também o consumidor, atendidas certas exigências técnicas e legais. Este é o chamado Livre Acesso, assegurado em Lei e garantido pela ANEEL.

A operação e administração da rede básica é atribuição do ONS, pessoa jurídica de direito privado, autorizado do Poder Concedente, regulado e fiscalizado pela ANEEL, e integrado pelos titulares de geração, transmissão, distribuição e também pelos consumidores com conexão direta à rede básica.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis regulatórias

As Demonstrações Contábeis Regulatórias (DCRs) foram preparadas de acordo com as normas, procedimentos e diretrizes emitidos pelo Órgão Regulador, a ANEEL.

No exercício de 2015 a ANEEL promoveu a revisão das normas e procedimentos contidos no Plano de Contas do Serviço Público de Energia Elétrica, instituindo o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico 2015, contendo o plano de contas, instruções contábeis e roteiro para divulgação de informações econômicas, financeiras e socioambientais resultando em importantes alterações nas práticas contábeis e de divulgação, até então aplicáveis, às empresas do setor. As normas contidas no referido Manual são de aplicação compulsória a partir de 1º de janeiro de 2015.

As DCRs foram autorizadas pela Administração em 16 de Março de 2018.

Poços de Caldas Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

2.1. Estimativas e premissas

As DCRs foram elaboradas de acordo com diversas bases de avaliação utilizadas em estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas DCRs. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a avaliação dos ativos financeiros pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente.

2.2. Conversão de saldos em moeda estrangeira

A moeda funcional da Companhia é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das DCRs. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são convertidos para a moeda funcional usando-se a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e os encerramentos dos exercícios são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado.

2.3. Classificação circulante versus não circulante

Os ativos e passivos são apresentados no balanço patrimonial com base na classificação circulante e não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando: se espera realizá-lo ou se pretende vendê-lo ou consumi-lo no ciclo operacional normal, for mantido principalmente para negociação, se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação ou se for caixa ou equivalentes de caixa.

Um passivo é classificado no circulante quando se espera liquidá-lo no ciclo operacional normal, for mantido principalmente para negociação, se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação ou não há direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por pelo menos 12 meses. Os demais ativos e passivos são classificados no não circulante.

3. Resumo das práticas contábeis regulatórias

As práticas contábeis regulatórias utilizadas, são as mesmas adotadas nas demonstrações financeiras societárias, as quais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, exceto pelas práticas apresentadas a seguir:

3.1. Imobilizado e intangível

Registrado ao custo de aquisição ou construção. A depreciação/amortização é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados conforme legislação vigente. As taxas anuais de depreciação estão determinadas nas Resoluções vigentes emitidas

Poços de Caldas Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

pela ANEEL. Mais informações sobre as taxas de depreciação/amortização e Resoluções vigente veja nota explicativa 10 - Imobilizado e 9 - Intangível.

O valor residual é determinado considerando a premissa de existência de indenização de parcela não amortizada de bens pela taxa de depreciação ou amortização regulatória e o prazo de vigência da concessão. O valor residual de um ativo pode aumentar ou diminuir em eventuais processos de revisão das taxas regulatórias.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado e/ou intangível é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

A Companhia mantém os ativos imobilizados e intangíveis segregados em “Em Serviço” e “Em Curso”. Os itens apresentados no grupo Em serviço correspondem a imobilizados e intangíveis já unificados e em operação. Os saldos apresentados no grupo “Em curso” correspondem a projetos em desenvolvimento, compras em andamento, sobressalente não alocados a ativos em funcionamento e outras aquisições que ainda estão sob análise da Administração para que sejam unitizados, e assim, reclassificados para o grupo em serviços e tenham depreciação iniciada.

3.2. Reconhecimento de receita

A receita operacional do curso normal das atividades da Companhia é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados possam ser estimados de maneira confiável, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável.

4. Resumo das principais práticas contábeis (regulatórias e societárias)

4.1. Caixa e equivalentes de caixa

Os caixas equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. São considerados equivalentes de caixa as aplicações financeiras de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento em três meses ou menos, a contar da data de contratação.

4.2. Concessionárias e permissionárias

Destinam-se à contabilização de créditos referentes ao suprimento de energia elétrica faturado ao revendedor, do ajuste do fator de potência e de créditos provenientes da aplicação do acréscimo moratório, e engloba os valores a receber referentes ao serviço de transmissão de energia, registrados pelo regime de competência. O faturamento dos valores a receber é registrado conforme determinações do ONS por meio dos avisos de créditos (AVCs) mensais e faturas avulsas.

Provisão para crédito de liquidação duvidosa (PCLD) é avaliada pela Administração e

Poços de Caldas Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

constituída em montante considerado suficiente para cobrir possíveis perdas na realização dos recebíveis.

4.3. Estoques

Os estoques são avaliados ao custo ou valor líquido realizável, dos dois o menor. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração.

4.4. Provisão para redução ao valor recuperável (“*impairment*”)

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros e financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas ou operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para perda ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável e as respectivas provisões são apresentadas nas notas explicativas.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa.

4.5. Impostos

Impostos sobre serviços prestados

As receitas estão sujeitas ao Programa de Integração Social (PIS) com alíquota de 1,65% e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) com alíquota de 7,6%. Esses tributos são deduzidos das receitas de vendas, as quais estão apresentadas na demonstração de resultado pelo seu valor líquido.

Imposto de renda e contribuição social - correntes

A tributação sobre o lucro compreendeu o imposto de renda e a contribuição social. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável na alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$ 240 no período de 12 meses, enquanto que contribuição social é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável reconhecido pelo regime de competência, portanto as inclusões ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente geram créditos ou débitos tributários diferidos.

Em 2016 o regime de tributação do imposto de renda e contribuição social foi alterado para o lucro presumido da receita.

Em 2017 o regime de tributação do imposto de renda e contribuição social permaneceu lucro presumido da receita.

Poços de Caldas Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

O imposto de renda é computado com presunção de 8% sobre a receita de venda, acrescido das demais receitas, aplicando-se a alíquota de 15% acrescida do adicional de 10% quando a base de cálculo exceder R\$ 60 no trimestre.

A contribuição social é computada com presunção 12% sobre a receita de venda, acrescida das demais receitas, aplicando-se a alíquota de 9%.

4.6. Provisões para contingências

A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

4.7. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários não circulantes são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente.

O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração, concluiu-se que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto e, dessa forma, nenhum ajuste foi realizado.

4.8. Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses, itens com liquidação superior são demonstrados como não circulantes.

4.9. Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

Poços de Caldas Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

4.10. Instrumentos financeiros

Ativos financeiros não derivativos

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são: caixa e equivalentes de caixa, contas a receber partes relacionadas e concessionárias e permissionárias.

O saldo e caixa e equivalente de caixa são classificados pelo valor justo e contas a receber partes relacionadas, concessionárias e permissionárias e ativo financeiro amortizável são classificados pelo custo amortizado.

Os ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento, compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial somente quando a Companhia tem o direito legal de compensar os valores e a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. Subsequentemente ao reconhecimento inicial, os ativos financeiros são mensurados pelo custo amortizado.

Passivos financeiros não derivativos

Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Companhia são: empréstimos – partes relacionadas, fornecedores – terceiros e fornecedores – partes relacionadas. Os saldos de tais passivos financeiros são classificados pelo custo amortizado.

A Companhia reconhece títulos de dívidas emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia possui passivos financeiros não derivativos na categoria: Outros passivos financeiros ao custo amortizado - reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos.

Desreconhecimento (baixa) dos ativos e passivos financeiros

Um ativo financeiro é baixado quando os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem e/ou quando a Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de “repasse”; e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo.

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

Poços de Caldas Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

Ativos e passivos financeiros derivativos

A Companhia não mantém ativos ou passivos financeiros derivativos e não identificou contratos com características de derivativos embutidos separáveis.

4.11. Fluxo de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo como CPC 03 (R2) – Demonstrações dos Fluxos de Caixa.

4.12. Transações com partes relacionadas

As transações com partes relacionadas foram, como regra geral, praticadas em condições e prazos semelhantes ao de mercado. Certas transações por possuírem características e condições únicas e/ou específicas portanto não comparáveis, foram estabelecidas em condições justas entre as partes, de forma a remunerar adequadamente seus respectivos investimentos e custos operacionais.

5. Novos pronunciamentos técnicos e interpretações

5.1. Aplicação das normas novas e revisadas, a partir de 1º de janeiro de 2017, que não tiveram efeito ou não tiveram efeito material sobre os montantes divulgados no exercício atual e em exercício anteriores:

Modificações ao CPC 03 (R2) - Necessidade de inclusão de divulgação de mudanças nos passivos oriundos de atividades de financiamento.

Modificações ao CPC 32 - Reconhecimento de ativos fiscais diferidos para perdas não realizadas.

Modificações ao CPC 45 - Ciclos de melhorias anuais 2015-2017.

5.2 As normas e interpretações emitidas, mas ainda não vigentes, até a data de das demonstrações financeiras da Companhia são divulgadas abaixo. A Companhia adotará essas normas, tão logo entrem em vigor:

CPC 48 - Instrumentos Financeiros - A norma inclui novos modelos para os três aspectos de contabilização de instrumentos financeiros: classificação e mensuração, redução ao valor recuperável do ativo e contabilização de hedge.

Em 2017, a Companhia realizou uma avaliação de impacto detalhada da classificação e da mensuração, considerando que a Companhia não adota contabilidade de hedge. Tomou por base informações atualmente disponíveis e poderá estar sujeita a mudanças decorrentes de informações razoáveis e passíveis de sustentação que serão disponibilizadas a Companhia em 2018, quando passará a adotar o CPC 48. Em geral, exceto pelo mencionado no tópico de Classificação e mensuração, abaixo, a Companhia não prevê nenhum impacto significativo no balanço patrimonial e na demonstração das mutações do patrimônio líquido.

(a) Classificação e mensuração - A Companhia continuará avaliando pelo valor justo todos os ativos financeiros atualmente mantidos ao valor justo e espera que determinadas aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários possam vir a ser mensuradas pelo valor justo por

Poços de Caldas Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

meio de outros resultados abrangentes, uma vez que espera não só manter estas aplicações, mas também negociá-las de forma relativamente frequente.

As contas a receber, são mantidos para captar fluxos de caixa contratuais e deverão gerar fluxos de caixa representando apenas pagamentos de principal e juros. A Companhia entende que as características contratuais de fluxo de caixa desses instrumentos atendem aos critérios de mensuração de custo amortizado. Portanto, não se faz necessária a reclassificação para esses instrumentos.

A Companhia mantém estudos e discussões no setor de atuação quanto aos possíveis impactos da aplicação da norma. Estas análises e discussões, por sua natureza e complexidade e pela similaridade dos desafios e contratos inerentes a sua área de atuação envolvem não apenas a Companhia, mas outros participantes da indústria em que atua e da comunidade de negócios, tal como a ABRACONEE - Associação Brasileira de Contadores do Setor de Energia Elétrica.

(b) Redução ao valor recuperável - A norma exige que a Companhia registre as perdas de crédito esperadas em todos os seus títulos e valores mobiliários e contas a receber, com base em 12 meses ou por toda a vida. As perdas de crédito esperadas são avaliadas pela Administração e constituída em montante considerado suficiente para cobrir possíveis perdas na realização dos recebíveis.

CPC 47 - Receita de Contratos com Clientes - A norma estabelece um modelo de cinco etapas para contabilização das receitas decorrentes de contratos com clientes, onde a receita é reconhecida por um valor que reflete a contrapartida a que uma entidade espera ter direito em troca de transferência de bens ou serviços para um cliente.

A Companhia planeja adotar a nova norma com início a partir de 1º de janeiro de 2018 com base no método retrospectivo modificado.

A Companhia atua na construção, operação e manutenção e transmissão de energia elétrica, por meio de contratos de concessão estabelecidos em licitações realizadas pelo Poder Público para concessão de serviço público de transmissão.

Prestação de serviços de transmissão - Para contratos com a ANEEL em que geralmente se espera que a construção, operação e manutenção das instalações de transmissão sejam as únicas obrigações de execução, a adoção da norma não deverá ter impacto na receita e no resultado da Companhia. A Companhia reconhece a receita ao longo tempo, conforme o serviço de disponibilização da rede de transmissão é prestado.

Contraprestação variável - Os contratos de concessão mencionam a parcela variável ("PV"), que consistem em uma parcela a ser deduzida da receita da transmissora em virtude da não prestação adequada do serviço público de transmissão. Atualmente, a Companhia reconhece a receita de transmissão mensurada ao valor justo da contraprestação recebida ou a receber, líquida de descontos referentes a parcela variável, que dão origem a uma contraprestação variável. A norma exige que a contraprestação variável seja restrita para evitar o reconhecimento excessivo da receita. A Companhia não espera que a adoção da norma traga alterações, já que a PV reduz sua receita bruta.

Adicionalmente, as multas incorridas pela penalidade na qualidade da prestação do serviço, atualmente são contabilizadas como despesa operacional. A nova regra, item 50 e 51, indica

Poços de Caldas Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

que a receita deve ser reconhecida líquida de descontos, abatimentos, penalidades e outros itens, portanto, a Companhia identifica que as multas a partir de 1º de janeiro de 2018 deverão ser registradas como redutora da receita e não como despesa operacional.

Alocação do preço de venda - A Companhia contabiliza a remuneração do ativo financeiro e o serviço de operação e manutenção como entregas separadas e aloca a contraprestação de forma distribuída entre esses produtos, seguindo o definido nos contratos de concessão.

Na avaliação da Companhia a apropriação da contraprestação e, conseqüentemente, a época do montante de receita reconhecida não serão afetados.

Reconhecimento da receita ao longo do tempo - A Companhia concluiu que os serviços são atendidos ao longo do tempo, dado que o cliente simultaneamente recebe e consome os benefícios fornecidos pela Companhia. De acordo com a norma, a Companhia continuará a reconhecer a receita desses contratos de serviços ao longo do tempo, atendendo ao exigido pela nova norma.

Exigências de apresentação e divulgação - As exigências de apresentação e divulgação da norma são mais detalhadas e como exigido, a Companhia desagrega as receitas reconhecidas de contratos com clientes em categorias que descrevem a natureza, o montante e o fato das receitas e dos fluxos de caixa serem afetados por fatores econômicos. A Companhia possui apenas um segmento operacional.

CPC 06 (R2) - Operações de arrendamento mercantil - estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e evidenciação de arrendamentos e exige que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos sob um único modelo no balanço patrimonial, semelhante à contabilização de arrendamentos financeiros. A norma inclui duas isenções de reconhecimento para arrendatários – arrendamentos de ativos de “baixo valor” (por exemplo, computadores pessoais) e arrendamentos de curto prazo (ou seja, com prazo de arrendamento de 12 meses ou menos). Na data de início de um contrato de arrendamento, o arrendatário reconhecerá um passivo relativo aos pagamentos de arrendamento (isto é, um passivo de arrendamento) e um ativo que representa o direito de utilizar o ativo subjacente durante o prazo de arrendamento (ou seja, o ativo de direito de uso). Os arrendatários serão obrigados a reconhecer separadamente a despesa de juros sobre o passivo de arrendamento e a despesa de depreciação sobre o ativo de direito de uso. Os arrendatários também deverão reavaliar o passivo do arrendamento na ocorrência de determinados eventos (por exemplo, uma mudança no prazo do arrendamento, uma mudança nos pagamentos futuros do arrendamento como resultado da alteração de um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos). Em geral, o arrendatário irá reconhecer o valor da reavaliação do passivo de arrendamento como um ajuste do ativo de direito de uso.

A norma também exige que os arrendatários e os arrendadores façam divulgações mais abrangentes do que as atualmente.

A norma entra em vigor para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2019. O arrendatário pode optar pela adoção da norma utilizando a retrospectiva completa ou uma abordagem modificada da retrospectiva. As provisões transitórias da norma permitem determinadas isenções.

Poços de Caldas Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

Em 2018, a Companhia planeja avaliar o efeito potencial da norma nas suas demonstrações financeiras.

Até a data da emissão destas demonstrações contábeis regulatórias, o MCSE não especificou tratamento distinto com relação às normas novas e revisadas acima mencionadas.

Poços de Caldas Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

6. Conciliação do balanço patrimonial regulatório e societário

As diferenças de práticas contábeis societárias e regulatórias apresentadas nas notas explicativas 2, 3 e 4 estão apresentadas a seguir de forma comparativa:

Nota	31/12/2017			31/12/2016		
	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Ativo						
Ativo circulante	23.783	28.187	51.970	20.969	29.143	50.112
Caixa e equivalentes de caixa	13.649	-	13.649	10.917	-	10.917
Concessionárias e permissionárias	4.580	-	4.580	4.567	-	4.567
Contas a receber – partes relacionadas	86	-	86	-	-	-
Adiantamentos a fornecedores	290	-	290	405	-	405
Impostos a recuperar	4.055	-	4.055	3.829	-	3.829
Estoques	838	-	838	891	-	891
Ativo financeiro amortizável	a	28.187	28.187	-	29.143	29.143
Outros ativos circulantes	285	-	285	360	-	360
Ativo não circulante	266.776	34.929	301.705	276.893	35.953	312.846
Ativo financeiro amortizável	a	300.636	300.636	-	311.697	311.697
Outros ativos não circulantes	300	-	300	247	-	247
Imobilizado não vinculado à concessão	716	-	716	834	-	834
Imobilizado	b	(252.375)	15	262.462	(262.447)	15
Intangível	b	(13.332)	38	13.350	(13.297)	53
Total de ativos	290.559	63.116	353.675	297.862	65.096	362.958

Poços de Caldas Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

Nota	31/12/2017			31/12/2016		
	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Passivo						
Passivo circulante	24.234	-	24.234	56.933	-	56.933
Fornecedores - terceiros	162	-	162	173	-	173
Fornecedores - partes relacionadas	1.156	-	1.156	11	-	11
Empréstimos - partes relacionadas	19.090	-	19.090	31.329	-	31.329
Impostos e contribuições sociais	1.055	-	1.055	22.760	-	22.760
Taxas regulamentares	1.701	-	1.701	1.627	-	1.627
Outros passivos circulantes	1.070	-	1.070	1.033	-	1.033
Passivo não circulante	172.386	257	172.643	164.607	628	165.235
Empréstimos - partes relacionadas	165.211	-	165.211	158.060	-	158.060
Outras provisões - compensação ambiental	2.502	-	2.502	2.278	-	2.278
Provisão para contingências	68	-	68	68	-	68
Tributos diferidos	-	257	257	-	628	628
Outros passivos não circulantes	4.605	-	4.605	4.201	-	4.201
Patrimônio líquido	93.939	62.859	156.798	76.322	64.468	140.790
Capital social	208.351		208.351	208.351	-	208.351
Prejuízo acumulado	(114.412)	62.859	(51.553)	(132.029)	64.468	(67.561)
Total do passivo e do patrimônio líquido	290.559	63.116	353.675	297.862	65.096	362.958

Poços de Caldas Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2017			31/12/2016		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Receita operacional líquida	d	36.616	(12.017)	24.599	35.469	(5.149)	30.320
Custo da operação	e	(19.574)	10.037	(9.537)	(18.797)	2.414	(16.382)
Lucro bruto		17.042	(1.980)	15.062	16.672	(2.735)	13.938
Despesas gerais e administrativas		(4.100)	-	(4.100)	(4.333)	-	(4.333)
Outras (despesas) /receitas operacionais		(258)	-	(258)	(104)	-	(104)
Lucro antes do resultado financeiro		12.684	(1.980)	10.704	12.235	(2.735)	9.501
Resultado financeiro		(16.565)	-	(16.565)	32.873	-	32.873
Receita financeira		22.698	-	22.698	74.977	-	74.977
Despesa financeira		(39.263)	-	(39.263)	(42.104)	-	(42.104)
Resultado antes dos impostos sobre o lucro		(3.881)	(1.980)	(5.861)	45.108	(2.735)	42.374
Imposto de renda e contribuição social	c	21.498	370	21.868	(23.926)	21.693	(2.233)
Lucro líquido do exercício		17.617	(1.610)	16.007	21.182	18.958	40.141

Poços de Caldas Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

Segue apresentação sobre as diferenças entre as práticas contábeis societárias e regulatórias:

a) Ativo financeiro amortizável

De acordo com o ICPC 01 (R1) Contratos de concessão, as infraestruturas desenvolvidas no âmbito dos contratos de concessão não são reconhecidas como ativos fixos tangíveis ou como uma locação financeira, uma vez que o concessionário não possui a propriedade, tampouco controla a utilização dessa infraestrutura, passando a ser reconhecidas de acordo com o tipo de compromisso de remuneração a ser recebida pelo concessionário.

No caso dos contratos de concessão de transmissão de energia, entende-se que o concessionário tem o direito incondicional de receber determinadas quantias monetárias independentemente do nível de utilização das infraestruturas abrangidas pela concessão na utilização do modelo de ativo financeiro, classificado como “recebíveis” e registrado ao valor justo nas demonstrações financeiras societárias.

Os ativos financeiros amortizáveis incluem os valores a receber decorrentes dos serviços de desenvolvimento de infraestrutura, da receita financeira e dos serviços de operação e manutenção.

Na aplicação do ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão, que define as regras de mensuração e contabilização do ativo financeiro é necessário que os CPC 17 - Contratos de Construções, CPC 30 - Reconhecimento das receitas e CPC 38 - Instrumentos financeiros - reconhecimento e mensuração sejam aplicados em conjunto.

A aplicação dessa norma ocorre apenas no balancete societário visto que Órgão Regulador não adota esse pronunciamento. A adoção dessas normas gera impacto nas demais linhas do balanço.

b) Imobilizado e intangível

Nas demonstrações financeiras societárias o ativo imobilizado e intangível operacional são reconhecidos como ativo financeiro amortizável e indenizável de acordo com as determinações do ICPC 01 (R1) e valorizados de acordo com as premissas determinadas pela Administração.

c) Impostos diferidos

Saldo referente aos registros contábeis da movimentação do ICPC 01 (R1) - Contratos de concessão que será realizado na proporção das operações considerando a receita e custos de operação realizados e depreciação do ativo imobilizado da concessão.

d) Receita

Receita de operação e manutenção

A receita de operação e manutenção é reconhecida pelo montante destinado pelo poder concedente para fazer face aos custos de operação e manutenção dos ativos de transmissão.

Poços de Caldas Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

Receita de construção

A Companhia contabiliza receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de transmissão de energia elétrica. A margem de construção adotada é estabelecida como sendo igual a zero, considerando que: (i) a atividade fim da Companhia é a transmissão de energia elétrica; (ii) toda receita de construção está relacionada com a construção de infraestrutura para o alcance da sua atividade fim, e (iii) a Companhia terceiriza a construção da infraestrutura com partes não relacionadas. Mensalmente, a totalidade das adições efetuadas ao ativo intangível em curso é transferida para o resultado, como custo de construção, após dedução dos recursos provenientes do ingresso de obrigações especiais, se houver.

Remuneração dos ativos financeiros

Corresponde a remuneração pela taxa de desconto, que compreende a taxa interna de retorno do projeto, do fluxo incondicional de recursos estabelecido pelo poder concedente através da RAP.

As receitas de operação e manutenção, receita de construção e remuneração dos ativos financeiros são registradas baseadas na adoção do ICPC 01(R1) nas demonstrações financeiras societárias. Nas DCRs apenas a receita incorrida no exercício é registrada, conforme nota explicativa 3.2.

e) Custo de operação e manutenção e custo de construção

O saldo de custo de construção e operação e manutenção são reconhecidos nas demonstrações financeiras societárias baseados com o ICPC 01 R1 e CPC 17. Nas DCRs os saldos são representados pela depreciação e amortização do ativo imobilizado e intangível.

7. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Bancos	280	3.046
Aplicações financeiras	13.369	7.871
	<u>13.649</u>	<u>10.917</u>

A Companhia estruturou as suas aplicações financeiras por meio da participação em CDBs e Fundos de Investimento que buscam alcançar seu objetivo por meio da aplicação de seus recursos preponderantemente em cotas de fundos de investimento e/ou fundos de investimento em cotas de fundos de investimento da classe Referenciado. Tanto os CDBs como os fundos podem ter suas cotas resgatadas a qualquer tempo, com possibilidade de pronta conversão sem qualquer deságio para a Companhia em um montante conhecido de caixa, e oferecem uma remuneração atrelada à taxa de 97,5% do CDI.

Poços de Caldas Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

8. Concessionárias e permissionárias

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
A vencer	3.741	3.755
Vencidas até 30 dias	1	13
Vencidas até 60 dias	2	9
Vencidas até 90 dias	1	13
Vencidas até 120 dias	7	25
Vencidas até 180 dias	12	729
Vencidas há mais de 180 dias	<u>922</u>	<u>75</u>
	4.686	4.619
(-) PCLD	<u>(106)</u>	<u>(52)</u>
	<u>4.580</u>	<u>4.567</u>

Em função do giro de contas a receber em curtíssimo prazo, a Administração não constitui ajuste a valor presente para o referido saldo. De acordo com as normas do agente regulador, a PCLD deve ser avaliada para saldos vencidos acima de 180 dias. A Administração, por sua vez avalia as faturas vencidas cima de 180 dias de forma individualizada, e constitui a PCLD julgada necessária. Segue movimentação da PCLD:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Saldo em 1º de janeiro	(52)	(52)
Complemento de provisão	<u>(54)</u>	<u>-</u>
Saldo em 31 de dezembro	<u>(106)</u>	<u>(52)</u>

9. Impostos a recuperar

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Circulante		
PIS	2	2
COFINS	9	9
IR	2.732	2.552
CSLL	1.310	1.317
Outros	<u>2</u>	<u>(51)</u>
	<u>4.055</u>	<u>3.829</u>

Poços de Caldas Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

10. Imobilizado

10.1. Mapa movimentação ativo imobilizado

	Valor em 31/12/2016	Adições (a)	Baixas (b)	Transf. (c)	Valor em 31/12/2017	Adições líquidas = (a)- (b)+(c)	Depreciação acum.	Valor líquido em 31/12/2017	Valor líquido em 31/12/2016
Ativo imobilizado em serviço									
Transmissão	324.546	-	-	84	324.630	84	(81.138)	243.493	253.574
Edificações, obras civis e benfeitorias	3.176	-	-	-	3.176	-	(916)	2.260	2.368
Máquinas e equipamentos	320.443	-	-	69	350.512	69	(79.741)	241.041	250.938
Veículos	874	-	-	-	874	-	(722)	152	239
Móveis e utensílios	53	-	-	15	68	15	(28)	40	29
Administração	11	-	-	-	11	-	(6)	5	7
Máquinas e equipamentos	11	-	-	-	11	-	(6)	5	7
	324.557	-	-	84	324.641	84	(81.144)	243.498	253.581
Ativo imobilizado em curso									
Transmissão	8.872	106	(11)	(84)	8.883	33	-	8.883	8.872
Máquinas e equipamentos	978	89	-	(67)	1.000	22	-	1.000	978
Outros	7.894	17	(11)	(17)	7.883	(11)	-	7.883	7.894
Administração	9	-	-	-	9	-	-	9	9
Máquinas e equipamentos	4	-	-	-	4	-	-	4	4
Outros	5	-	-	-	5	-	-	5	5
	8.881	106	(11)	(84)	8.892	33	-	8.892	8.881
	333.438	106	(11)	-	333.533	117	(81.144)	252.390	262.462

Poços de Caldas Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

10.2. Taxas de depreciação

	2017			2016	
	Taxas anuais médias de depreciação (%)	Valor bruto	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Imobilizado em serviço					
Transmissão	5,16%	324.630	(81.138)	243.493	253.576
Administração	6,67%	11	(6)	5	7
Atividades não vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica	10,00%	1.174	(458)	716	895
		325.815	(81.602)	244.214	264.365

Para a identificação da taxa anual média de depreciação, foi utilizado o percentual da Resolução Aneel 474 de 2012, por item do controle patrimonial auxiliar, sendo gerado uma média aritmética da soma dos percentuais dividido pelo número de itens registrados.

A seguir apresentamos as principais taxas de depreciação e amortização, de acordo com a Resolução ANEEL 474 de 2012, por grupo do ativo imobilizado e intangível de segregadas de acordo com as atividades operacionais:

	Taxas anuais de depreciação (%)
Imobilizado - transmissão	
Banco de capacitores seriais	5,00%
Barramento	2,50%
Chave	3,33%
Conduto e canaleta	4,00%
Condutor	2,70%
Disjuntor	3,03%
Edificação	2,00%
Estrutura (poste, torre)	3,57%
Medidor	4,00%
Painel, mesa de comando e cubículo	3,57%
Para-raios	4,17%
Reator (ou resistor)	2,78%
Sistema de alimentação de energia	5,88%
Sistema de aterramento	3,03%
Sistema de comunicação e proteção carrier	5,00%
Sistema de proteção, medição e automação	6,67%
Sistema de radiocomunicação	6,67%
Software	20,00%
Subestação unitária	3,57%
Transformador de distribuição	4,00%
Transformador de força	2,86%
Administração central	
Equipamentos de Informática	16,67%
Veículos	14,29%
Software	20,00%
Móveis e utensílios	6,25%

Poços de Caldas Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

10.3. Principais aquisições do ativo imobilizado em curso em 2017

	Material e equipamentos
Máquinas e Equipamentos	89
Móveis e Utensílios	15
Adiantamentos a fornecedores	2
	106

10.4. Principais adições do ativo imobilizado em serviço em 2017

Descrição do bem	Grupo	Valor
DELL PRECISION WORKSTATION T5810 COM MONITOR - RATE 6545750,DELL MONITOR PROFESSIONAL 23 POLEGADAS P2317H - RATE 6541956,DELL KIT KEYBORD ABD MOUSE WIRELESS KM636 BLACK 580-AUDIO RATE 6544396	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	15
CABO PP 3X2,5 , CABO PP 3X2,5 , CABO DE FIBRA OPTICA 2 VIAS MONOMODO FURUKAWA,TUBULAÇÃO PRETA LISA DE 1" COM PAREDE DE 2,5MM ANTICHAMA,QUADRO ELETRICO METALICO,COM PLACA DE MONTAGEM EM CEMAR FECHO METALICO,DISJUNTORES (BRANCO)	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	9
CABO PP 3X2,5 , CABO PP 3X2,5 , CABO DE FIBRA OPTICA 2 VIAS MONOMODO FURUKAWA,TUBULAÇÃO PRETA LISA DE 1" COM PAREDE DE 2,5MM ANTICHAMA,QUADRO ELETRICO METALICO,COM PLACA DE MONTAGEM EM CEMAR FECHO METALICO,DISJUNTORES (BRANCO)	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	9
CABO PP 3X2,5 , CABO PP 3X2,5 , CABO DE FIBRA OPTICA 2 VIAS MONOMODO FURUKAWA,TUBULAÇÃO PRETA LISA DE 1" COM PAREDE DE 2,5MM ANTICHAMA,QUADRO ELETRICO METALICO,COM PLACA DE MONTAGEM EM CEMAR FECHO METALICO,DISJUNTORES (BRANCO)	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	9
CABO PP 3X2,5 , CABO PP 3X2,5 , CABO DE FIBRA OPTICA 2 VIAS MONOMODO FURUKAWA,TUBULAÇÃO PRETA LISA DE 1" COM PAREDE DE 2,5MM ANTICHAMA,QUADRO ELETRICO METALICO,COM PLACA DE MONTAGEM EM CEMAR FECHO METALICO,DISJUNTORES (BRANCO)	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	9
TOLDO EM POLICARBONATOMODELO TUBULAR 9.00 M/POLYCARBONATE	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	2
TOLDO ABAULADO AVANCO DE 1,20M	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	3
CANETA OPTICA LOC VISUAL FALHAS	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	1
INFRAESTRUTURA DE TELEFONIA/REDE INTERNET DA SE RPT,ESCRITORIO E GALPÃO	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	10

Poços de Caldas Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

COND HW FR 18K - SPRINGER-MIDEA,EVAP HW 18K - SPRINGER - MIDEA	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	2
CAD DIRETOR,SEM BRAÇOS,COM RELAXE,PAR DE BRAÇOS,REG BOTÃO,PP- PLASTICO,PRETO,CAD DIGITDOR- DIRETOR,SEM BRAÇOS,BACK-2	MOVEIS E UTENSILIOS	15

10.5. Principais baixas do ativo imobilizado em serviço em 2017

Não houve baixa de ativo imobilizado no exercício.

Poços de Caldas Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

11. Intangível

11.1. Mapa movimentação ativo intangível

	Valor em 31/12/2016	Adições (a)	Baixas (b)	Transf. (c)	Valor em 31/12/2017	Adições líquidas = (a)- (b)+(c)	Amortização acum.	Valor líquido em 31/12/2017	Valor líquido em 31/12/2016
Ativo intangível em serviço									
Transmissão	13.417	-	-	37	13.394	37	(63)	13.331	13.296
Servidões	13.357	-	-	-	13.297	-	-	13.297	13.297
Softwares	60	-	-	37	97	37	(63)	34	(1)
Administração	73	-	-	-	73	-	(34)	39	54
Softwares	73	-	-	-	73	-	(34)	(39)	54
	13.490	-	-	37	13.467	37	(97)	13.370	13.350
Ativo intangível em curso									
Transmissão	-	37		(37)	-	-			
Servidões	-	-		-	-	-			
Softwares	-	37		(37)	-	-			
Outros	-	-		-	-	-			
Administração	-	-		-	-	-			
Softwares	-	-		-	-	-			
	-	-		-	-	-			
	13.490	37			13.467	37			

Poços de Caldas Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

11.2. Taxas de amortização

			2017		2016
	Taxas anuais médias de depreciação (%)	Valor bruto	Depreciação e amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Intangível em serviço					
Transmissão	20,00%	13.394	(63)	13.331	13.296
Administração	20,00%	73	(34)	39	54
Atividades não vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica	20,00%	-	-	-	-
		13.467	(97)	13.370	13.350

Para a identificação da taxa anual média de depreciação, foi utilizado o percentual da Resolução Aneel 474 de 2012, por item do controle patrimonial auxiliar, sendo gerado uma média aritmética da soma dos percentuais dividido pelo número de itens registrados.

11.3. Principais adições e baixas do ativo intangível em 2017

Não houve adições e baixas do ativo intangível no exercício.

Poços de Caldas Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

12. Empréstimos – partes relacionadas

a) Total da dívida

Descrição	Início	Vencimento	Frequência pgto. de juros	Data próx. pagamento	Frequência da amortização	Sistemática da amortização	Garantidor	Encargos	2017	2016
State Grid International Development Limited (SGID)	12/2013	09/2025	Semestral	20/06/18	Semestral	SAC	N/A	Libor + 2,85% a.a.	184.301	189.389
									184.301	189.389
Circulante									19.090	31.329
Não circulante									165.211	158.060
									184.301	189.389

A SGID é uma subsidiária 100% controlada pela SGCC, assim, faz parte do mesmo grupo econômico da Companhia

State Grid International Development Limited (SGID)

Em 20 de dezembro de 2013 e 20 de junho de 2014 a SGID, como garantidora, liquidou em nome da Companhia as parcelas referentes ao principal e juros do empréstimo junto a China Development Bank (“CDB”) no montante de USD 8.520 correspondente a R\$ 19.574. Neste mesmo montante foi contratado, junto à SGID, um novo empréstimo a custo *Libor* + 0,65% a.a. e vencimento em 20 de dezembro de 2014 com pagamentos do principal e juros nesta data.

Em 17 de novembro de 2014, devido a liquidação total do saldo devedor junto ao CDB pela SGID, foi contratado um novo empréstimo ao custo *Libor* + 2,85% a.a. e no mesmo montante de USD 70.800, correspondente a R\$ 184.257, com pagamentos de principal e juros em 23 parcelas semestrais iniciando-se em 20 de dezembro de 2014 e com vencimento final em 04/09/2025.

Poços de Caldas Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

No ano de 2016 devido ao baixo caixa, a empresa optou por não pagar o valor do principal que venceu em junho. O valor foi renegociado para pagamento em junho de 2017. Na ocasião foi pago apenas os juros devidos. Em dezembro a empresa pagou principal e juros conforme estipulado no contrato.

Em 2017, novamente devido ao baixo caixa, a empresa optou por não pagar o valor do principal que venceu em junho. Na ocasião foi pago apenas os juros devidos. Para evitar futuros problemas similares, se decidiu alterar a curva de amortização e com isso o novo vencimento deste empréstimo passou a ter como vencimento final a data de 20/12/2028. Em dezembro a empresa pagou o principal e juros conforme estipulado no contrato.

Neste empréstimo não há cláusulas de compromissos financeiros e não financeiros, e nem ativos dados em garantia.

b) Fluxos de pagamentos futuros da dívida (principal e juros):

	<u>Amortização</u>
2019	21.688
2020	21.688
2021	21.688
2022 - 2025	100.147
	<u>165.211</u>

13. Taxas regulamentares

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Reserva global de reversão (RGR) (i)	37	66
Taxa de fiscalização (TFSEE) (ii)	301	301
Pesquisa e desenvolvimento (P&D) (iii)	1.364	1.260
	<u>1.701</u>	<u>1.627</u>

(i) RGR

Taxa criada pelo Decreto 41.019 de 26 de fevereiro de 1957 que tem a finalidade de prover recursos para melhoria do serviço público de energia elétrica, financiamento de fontes alternativas de energia elétrica, estudos de inventário e viabilidade de aproveitamentos de potenciais hidráulicos e para desenvolvimento e implantação de programas e projetos destinados ao combate ao desperdício e uso eficiente da energia elétrica. Conforme art. 20 da Lei nº 12.431 a vigência desta taxa ocorrerá até 2035.

O pagamento dessa taxa é regulamentado pelo artigo 1º da Resolução da Aneel nº 23, de 5 de fevereiro de 1999, onde determina que as concessionárias e permissionárias do serviço público de energia elétrica devem pagar à Eletrobrás mensalmente valores tendo como base em 2,5% do investimento e mantém a provisão de 2,5% da receita operacional regulatória.

Possíveis diferenças entre pagamento e provisão são ajustadas anualmente através de Despachos emitidos pela Aneel. A Administração da Companhia acompanha a emissão desses Despachos a fim de ajustar os valores pagos e reconhecidos no balanço.

(ii) TFSEE

Poços de Caldas Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

Instituída pela Lei 9.427, de 1996, e regulamentado pelo Decreto 2.410, de 1997 pela ANEEL com a finalidade de constituir sua receita, para a cobertura do custeio de suas atividades. O percentual da taxa foi atualizado pela Lei 12.783 de 2013, onde foi fixada alíquota de 0,4%, que incide sobre o saldo da receita operacional líquida regulatória.

Em 27 de julho de 2016, através do Despacho 2.012 da ANEEL, estabeleceu-se um valor fixo mensal para a TFSEE relativas as competências de julho de 2016 a junho de 2017 de R\$ 12. Conforme Nota Técnica nº 218/2017 a ANEEL estabeleceu o valor de TFSEE de R\$ 13 ao mês, período de julho de 2017 a junho de 2018.

(iii) P&D

Conforme as Resoluções Aneel 316 de 2008 e 504 de 2012, as concessionárias e permissionárias de serviço público devem destinar, anualmente, 1% de sua receita operacional líquida regulatória para destinação à projetos de pesquisa e desenvolvimento. Os saldos não aplicados são atualizados mensalmente pela taxa Selic, a partir do 2º mês subsequente ao seu reconhecimento até o momento de sua efetiva realização.

14. Provisão para contingências

Contingências prováveis (provisionadas)

A Companhia, no curso normal de suas operações, está envolvida em processos legais, de natureza cível, tributária, trabalhista e ambiental. A companhia constitui provisões para processos legais a valores considerados pelos seus assessores jurídicos e sua Administração como sendo suficientes para cobrir perdas prováveis. Essas provisões são apresentadas de acordo com a natureza das correspondentes causas:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Trabalhista	68	68
	<u>68</u>	<u>68</u>

Contingências possíveis (não provisionadas)

Os consultores jurídicos analisaram a posição de todos os processos nos quais a Companhia figura como ré e estimaram as perdas possíveis em:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Trabalhista	-	8
Fiscal	16	983
Cível	20	902
	<u>36</u>	<u>1.893</u>

Poços de Caldas Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

15. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 208.351 dividido em 208.351 ações ordinárias nominativas subscritas e integralizadas, no valor nominal de R\$ 1,00 cada. A composição do capital social subscrito da Companhia é como se segue:

	<u>2017 e 2016</u>
SGBH	99,99%
<i>International Grid Holding Limited</i>	0,01%
	<u><u>100%</u></u>

b) Reserva legal

A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro líquido societário do exercício, observando-se os limites previstos pela Lei das Sociedades por Ações.

c) Dividendos

Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório de 50% do lucro líquido societário após a destinação para reserva legal, calculado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. Entretanto, o ato societário datado de 21 de outubro de 2016 alterou esse percentual para 1%, com vigência já para o exercício de 2016.

16. Receita operacional líquida

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Receita operacional bruta	39.566	38.330
Receita rateio de antecipação	1.074	2.408
Receita de encargos de transmissão	39.614	37.724
Recuperação de PIS e COFINS	1.486	1.442
Parcela ajuste do ciclo anterior	(2.541)	(3.189)
Indisponibilidade de equipamentos	(67)	(55)
Deduções da receita operacional	(2.950)	(2.861)
PIS	(257)	(249)
COFINS	(1.187)	(1.150)
P&D	(369)	(355)
RGR	(989)	(958)
TFSEE	(148)	(149)
	<u>36.616</u>	<u>35.469</u>

Poços de Caldas Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

17. Custo da operação

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Pessoal	(6.198)	(4.745)
Material	(586)	(1.257)
Serviços de terceiros	(1.107)	(824)
Depreciação e amortização	(10.167)	(10.304)
Arrendamentos e aluguéis	(11)	(145)
Seguros	(133)	(106)
Tributos	(15)	(4)
Gastos diversos	(1.357)	(1.412)
	<u>(19.574)</u>	<u>(18.797)</u>

18. Despesas gerais e administrativas

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Pessoal	(2.126)	(1.426)
Administradores	(751)	(1.691)
Material	(12)	(12)
Serviços de terceiros	(518)	(420)
Arrendamentos e aluguéis	(86)	(64)
Provisão	(54)	(420)
(-) Recuperação de despesas	1	-
Tributos	(6)	(20)
Depreciação e amortização	(15)	(15)
Outras	(531)	(265)
	<u>(4.100)</u>	<u>(4.333)</u>

19. Despesas com pessoal

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Pessoal - operação		
Remuneração	(4.046)	(3.334)
Encargos	(1.368)	(1.015)
Benefícios	(779)	(395)
Outros	(5)	(1)
	<u>(6.198)</u>	<u>(4.745)</u>
Pessoal - administração		
Remuneração	(902)	(447)
Encargos	(524)	(465)
Benefícios	(272)	(173)
Outros	(427)	(341)
Administradores	(752)	(1.691)
	<u>(2.877)</u>	<u>(3.117)</u>
	<u>(9.075)</u>	<u>(7.862)</u>

Poços de Caldas Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

20. Resultado financeiro

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Receita financeira	22.698	74.977
Receitas de aplicações financeiras	1.297	1.551
Variações cambiais ativas	20.830	72.898
Outras receitas financeiras	571	528
Despesa financeira	<u>(39.263)</u>	<u>(42.104)</u>
Variações cambiais passivas	(23.949)	(33.170)
Juros sobre empréstimos partes relacionadas	(8.022)	(8.029)
Outras despesas financeiras	<u>(7.292)</u>	<u>(905)</u>
	<u>(16.565)</u>	<u>32.873</u>

21. Instrumentos financeiros

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros e a administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando segurança, rentabilidade e liquidez. A política de controle da Companhia é previamente aprovada pela Diretoria.

Em 2017 e 2016, a Companhia não registrou investimentos mantidos até o vencimento ou ativos financeiros disponíveis para a venda. O valor justo dos recebíveis não difere dos saldos contábeis, pois têm correção monetária consistente com taxas de mercado e/ou estão ajustados pela provisão para redução ao valor recuperável, assim, não apresentamos quadro comparativo entre os valores contábeis e justo dos instrumentos financeiros.

Todos os instrumentos financeiros da Companhia estão classificados hierarquicamente no nível 2.

Os instrumentos financeiros constantes do balanço patrimonial apresentam-se pelo valor contratual, que é próximo ao valor de mercado. Para determinação do valor de mercado foram utilizadas as informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas para cada situação.

21.1. Classificação dos instrumentos financeiros por categoria

<u>Ativos mensurados pelo valor justo</u>	<u>Nota</u>	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Caixa e equivalentes de caixa	7	13.649	10.917
<u>Ativos mensurados pelo custo amortizado</u>	<u>Nota</u>	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Contas a receber - partes relacionadas	22	86	9
Concessionárias e permissionárias	8	4.580	4.567
<u>Passivos mensurados pelo custo amortizado</u>	<u>Nota</u>	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Empréstimos - partes relacionadas	12	184.301	189.389
Fornecedores - terceiros	-	162	173
Fornecedores - partes relacionadas	22	1.156	11

21.2. Gestão de risco

Poços de Caldas Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

A utilização de instrumentos financeiros pela Companhia tem como objetivo proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros, índices de preços e moedas. A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer hedge contra esses riscos, porém, estes são monitorados pela Administração da Companhia, que periodicamente avalia a exposição da Companhia e propõe estratégia operacional, sistema de controle, limites de posição e limites de créditos com os demais parceiros do mercado. A Companhia também não pratica aplicações de caráter especulativo ou quaisquer outros ativos de riscos.

a) Riscos de taxa de juros

Os riscos de taxa de juros relacionam-se com a possibilidade de variações no valor justo de seus empréstimos e financiamentos indexados a taxas de juros pré-fixadas, no caso de tais taxas não refletirem as condições correntes de mercado. Apesar de a Companhia efetuar o monitoramento constante desses índices, até o momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção contra o risco de taxa de juros.

b) Riscos cambiais

Os resultados da Companhia estão suscetíveis de sofrer variações, em função dos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio sobre as transações atreladas às moedas estrangeiras, principalmente em operações empréstimos. A Companhia faz acompanhamento periódico sobre sua exposição cambial e até o presente momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção visto que os empréstimos da Companhia são contratados junto a SGID, assim, os ganhos e perdas em função da variação das taxas cambiais fica consolidado no Grupo.

Análise de sensibilidade de variações na moeda estrangeira

A Companhia calcula a sensibilidade a uma variação cabível que possa ocorrer na taxa de câmbio do U\$\$, mantendo-se todas as outras variáveis constantes, dos empréstimos com contratação em moeda estrangeira. A análise de sensibilidade foi realizada para o valor justo dos instrumentos financeiros de moeda estrangeira. O cenário atual é o valor justo em 31/12/2017. Consideramos a mudança na variável de risco de -5% e +5% respectivamente, em:

	<u>31/12/2017</u>	<u>-5%</u>	<u>5%</u>
Empréstimos	184.301	8.552	8.974

c) Risco de crédito

O risco de crédito está relacionado a instituições financeiras (contrapartes) com as quais a Companhia possui ativos, não cumprir com suas obrigações contratuais, ocasionando perdas financeiras. Para minimizar esse risco, as contrapartes selecionadas são de primeira linha, o que reduz a possibilidade de não cumprimento de obrigações.

Os riscos de créditos relacionados às concessionárias e permissionárias são minimizados em virtude dos contratos assinados entre o ONS, as transmissoras e os agentes participantes da rede básica apresentarem garantias. Devido a isso, a empresa

Poços de Caldas Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

apresenta baixo nível de atrasos nos recebimentos. E em caso de inadimplência, a Companhia pode solicitar ao ONS o acionamento das garantias dos contratos.

d) Risco de liquidez

A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente. O objetivo da Companhia é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade através de contas garantidas e empréstimos bancários. A política é a de que as amortizações sejam distribuídas ao longo do tempo de forma balanceada.

A previsão de fluxo de caixa é realizada de forma centralizada pela Administração da Companhia através de revisões mensais. O objetivo é ter uma geração de caixa suficiente para atender as necessidades operacionais, custeio e investimento da Companhia.

22. Partes relacionadas

Os principais saldos com partes relacionadas apresentados em 31 de dezembro de 2017 e 2016 na Companhia decorrem de transações junto a Controladora e empresas do Grupo, os quais:

22.1. Ativo

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Contas a receber - partes relacionadas	86	9
Rateio Res. 699/16 – ANEEL (i)	80	-
Outros	6	9

22.2. Passivo

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Fornecedores / empréstimos - partes relacionadas	185.457	189.410
Aluguel (ii)	5	11
Rateio Res. 699/16 – ANEEL (i)	1.131	-
Outros	20	10
Empréstimos - partes relacionadas (nota explicativa 12)	184.301	189.389

22.3. Resultado

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Resultado - partes relacionadas	(9.907)	(8.094)
Despesa aluguel (ii)	(68)	(65)

Poços de Caldas Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

Despesa de juros com empréstimos	(8.022)	(8.029)
Rateio Res. 699/16 – ANEEL (i)	(1.817)	-

- (i) Em setembro de 2017 visando como objetivo principal a racionalização e simplificação da estrutura administrativa das Transmissoras e do Grupo e o cumprimento do regulamento da ANEEL – Resolução Normativa nº 699 de 26 de janeiro de 2016, o Grupo celebrou contrato de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura entre a SGBH e suas controladas. As despesas dos recursos humanos compartilhados, bem como a infraestrutura associada são alocadas proporcionalmente entre as empresas compartilhantes de acordo com o critério regulatório de rateio firmado em contrato, por meio de notas de débito emitidas trimestralmente entre as empresas envolvidas.
- (ii) Saldos referem-se a despesas de aluguel junto a SGBH.

23. Gestão do capital

A Companhia utiliza capital próprio e de terceiros para o financiamento de suas atividades, sendo que a utilização de capital de terceiros visa otimizar sua estrutura de capital e monitora sua estrutura de capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas. O objetivo principal da Administração de capital é assegurar a continuidade dos negócios e maximizar o retorno ao acionista.

Não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016.

24. Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstração contábil regulatória, conseqüentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

A cobertura de seguros contra riscos operacionais é composta por danos materiais e para responsabilidade civil, conforme:

<u>Ativo</u>	<u>Tipo de cobertura</u>	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Responsabilidade civil	Risco civil	287	373
Seguro patrimonial	Risco operacional	148.310	148.310
Veículos	Carros	74	63
		<u>148.671</u>	<u>148.746</u>